

Transformando desde as margens: Uma proposta de mapeamento das táticas de resistência cotidianas das mulheres

Transforming from the margins: a proposal for mapping the daily resistance tactics of women

Transformando desde las márgenes: una propuesta del levantamiento de las tácticas de resistencia cotidianas de las mujeres

Joana Emmerick Seabra¹

Mestra em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ

Especialista em Políticas Públicas e Cultura de Direitos pelo NEPP-DH/UFRJ

Pesquisadora e Educadora Popular no Instituto PACS

Resumo

Valendo-nos do conceito de feminismo enquanto “campo discursivo de ação”, postulamos que as práticas cotidianas de resistência das mulheres, substratos constituintes de tais campos, são espaços que potencializam a elaboração de alternativas à ordem vigente, e que a cartografia é método necessário para sua projeção a partir da vida imediata. Neste sentido, buscamos identificar elementos que permitam contextualizar tais práticas, evidenciando experiências históricas e saberes invisibilizados de nossas formações sociais.

Palavras-chave: corpo; resistência; cotidiano; feminismo; mapeamento.

Abstract

Adopting the concept of feminism as a “discursive field of action”, we claim that daily women resistance tactics, constitutive portions of these fields, are potential spaces of envisioning alternatives to the status quo, and that cartography is a necessary method to map them in the immediate life. In this sense, we look for elements to contextualize them, making unseen historical experiences and knowledges of our social formations evident.

Keywords: body; resistance; everyday; feminism; mapping.

Palabras claves: cuerpo; resistencia; cotidiano, feminismo; mapeo.

1

Este trabalho foi orientado pelo professor Pedro Cláudio Cunha Bocayuva como conclusão do curso de especialização em Políticas Públicas e Cultura de Direitos NEPP-DH/UFRJ. Agradeço a Mariana Prandini pelos comentários e parceria na construção da reflexão mais ampla com a qual esta proposta dialoga.

Introdução

Neste artigo temos como objetivo dar continuidade a reflexão teórico-metodológica que expusemos em outro trabalho², quando iniciamos a construção de uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino americano (Seabra, Prandini, 2016). Naquele momento, tivemos o intuito de contrapor-nos à sua marginalidade no âmbito do pensamento social crítico regional, buscando elementos para evidenciar a importância destas práticas teórico-políticas (Miñoso, 2010) enquanto construtoras de narrativas contra-hegemônicas, regionais, ao complexo de crise civilizacional vigente.

Seabra e Prandini (2016) partiram da análise de conjuntura, na América Latina e na periferia global, como marcada por um complexo de crise econômica, social, política, cultural, isto é, uma crise civilizatória que demanda estratégias capazes de elucidar e fortalecer alternativas para o enfrentamento desta situação. O complexo de crise identificado pelas autoras revela-se através, por exemplo, do agressivo avanço do capital financeiro articulado ao fortalecimento da direita na região, amparada em fortes retrocessos no campo dos direitos e no expressivo avanço social e político de forças conservadoras e reacionárias, mesmo, paradoxalmente, entre os Estados reformados.

Cenário complexo que se altera em alta velocidade, posto que a radicalização da exclusão social e agudização de nossas históricas contradições culturais, econômicas e políticas se entrelaçam com giros significativos na ação social, marcada por anseios de construção de autonomias diferenciadas e por fortes expressões espaço-temporais (Ribeiro, 2005; Ribeiro et. al., 2001). Neste sentido, são enormes os desafios para a prática política emancipatória, assim como para as ciências sociais comprometidas com a transformação social.

Um caminho possível é a abertura para novas e velhas propostas epistemológicas e métodos de pesquisa que se proponham a aprender desde a prática e também a partir de outros saberes e visões de mundo (Ribeiro, 2005); abordagens que resgatem a tradição da pesquisa militante na região, expressa no compromisso ético-político entre teoria e prática, e em novos caminhos teórico-metodológicos de pesquisa e ação (Bringel, Versiani, s/d); preocupados em avançar com ferramentas de entendimento e conexão do existente, evidenciando a

2

“Transformando desde as margens: uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino americano” (Seabra, Prandini, 2016).

multiplicidade de sujeitos e vozes insurgentes que conformam territórios de resistências de mulheres e feministas latino-americanas (Seabra, Prandini, 2016).

Agora, retornamos à proposta de mapeamento elaborada por Seabra e Prandini (2016), pretendendo avançar com sua construção, experimentando-a, no entanto, a partir de outro ângulo de análise, seja este, especificamente, das táticas de resistência costuradas cotidianamente por “mulheres comuns”. Se as práticas teórico-políticas (Miñoso, 2010) feministas se deparam com a marginalização no pensamento social crítico regional³, as táticas, cotidianas e subterrâneas, que as mulheres encontram para resistir à opressão, construindo pensamento crítico, ainda mais. Lócus distintos de saber e produção de conhecimento, mas que podem ser situados e interrelacionados no contexto dos campos discursivos de ação feminista (Alvarez 2014), revelando, por sua vez, histórias que estão no substrato das experiências histórico-culturais de nossas formações sociais periféricas (Ribeiro, 2005). Seu papel na disputa dos campos de historicidade (Ribeiro, 2000a) e na construção de alternativas à crise deve ser evidenciado.

Novamente, lançamo-nos ao desafio de - ancoradas na leitura livre e em analogia à proposta de Ana Clara Torres Ribeiro - exercitarmos nossas próprias considerações sobre a cartografia enquanto método que permite investigar tais práticas, a partir de uma leitura feminista. Para fazê-lo, no texto que segue desdobramo-nos sobre as interrelações entre as noções de corpo, experiência e saber. O argumento afirma que tais práticas cotidianas de resistência devem ser (i) situadas desde nossos corpos-territórios, involucrando experiências e saberes práticos e técnicos (ii) que, compartilhados, conformam territórios políticos, coletivos, de enunciação de alternativas à ordem vigente. E que a cartografia da ação social surge como instrumento de investigação militante, feminista, que contribui com seu fortalecimento e nossa aprendizagem sobre e com elas. Esperamos que o texto contribua para a construção de uma proposta que permita (i) situarmos tais práticas de forma contextualizada (ii) desvelando outras leituras sobre a conformação de nossos corpos-territórios políticos, feministas, como constituintes de campos anti-hegemônicos regionais.

A relevância da proposta desenvolvida, neste artigo, está em evidenciar elementos que contribuam para o enfrentamento do debate sobre o esgotamento da narrativa dos direitos humanos enquanto horizonte emancipatório, na atualidade. Ana Clara Torres Ribeiro (2006) localiza parte importante do problema na apropriação desta narrativa pelo pensamento único dominante, cujas formas de dominação passam pela abstração de termos como democracia e

3

Ver Carosio (2012).

cidadania, reduzindo-os a noções formalistas, fomentando sua desvinculação das demandas e necessidades postas na vida imediata (Ribeiro, 2006). A proposta aqui apresentada situa a constituição dos corpos-sujeitos⁴ na vida imediata, através das lutas e batalhas cotidianas, que revelam experiências e saberes de (re) apropriação sobre si e sobre o entorno.

A problemática da construção do corpo-sujeito (Ribeiro, 2000b, 2007) surge como central no contexto de disputa por direitos frente à ofensiva neoliberal, impactando sobremaneira os corpos-territórios das mulheres. É através do corpo que Ana Clara Torres Ribeiro (2000b) afirma a unidade indissolúvel do sujeito, ainda que fragmentado nos discursos e práticas neoliberais e pós-modernas; é a partir da tradução que fazemos de seus enunciados que erigimos nossa própria proposta de mapeamento, ancorada nos corpos enquanto territórios e enquanto metáforas que expõem a materialidade das ideias e narrativas (Seabra, Prandini, 2016).

Neste sentido, apresentamos novas dimensões de uma agenda de pesquisa feminista que objetiva potencializar as estratégias de resistência territorial, protagonizadas principalmente por mulheres. Dinâmicas moleculares, mas que não devem ser invisibilizadas por se tratarem de microprocessos. Fazemos com isso não o elogio irresponsável do cotidiano (Orozco, 2014), mas de sua potência enquanto espaço que revele caminhos para a subversão de “macrodestinos” arranjados.

A proposta de mapeamento aqui veiculada vem sendo construída como esforço de contribuição à reflexão da coletiva de pesquisadoras militantes da Zona Oeste, Rio de Janeiro, que avançam na construção de um mapeamento – coletivo – sobre as ameaças e conflitos socioambientais na região⁵. Esta vem sendo uma estratégia de fortalecimento de nossas práticas e saberes, na apropriação de nossos corpos, territórios e da construção de olhares coletivos e insurgentes sobre tais realidades, marcadas por fortes disputas territoriais⁶. A

4

Corpos sujeitos sexuados, marcados por desigualdades de classe e raça, de localização, orientação sexual e lugar (Ciriza, 2015).

5

Uma proposta do Instituto Política Alternativas para o Cone Sul (PACS), organização na qual converge minha atuação profissional e militante.

6

Este texto tem sua motivação de existir a partir do diálogo com amigas e militantes, entre elas Mariana Prandini e Renata Versiani. Especialmente, com as militantes do Comitê Popular de Mulheres da Zona Oeste e da Coletiva de Pesquisadoras Militantes da Zona Oeste. Para enfatizar a dimensão social e coletiva do processo de produção de conhecimento, opto por trabalhar no plural “nós”, sem pretender, com isso, homogeneidade entre nossas ideias. Como citado em um de nossos encontros “sou, porque somos”; ou, nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro, somos a não dualidade do “nós-eu” (Ribeiro, 2005, p.270).

necessidade de avançarmos no entendimento destes contextos desde uma perspectiva feminista subjaz às reflexões aqui postas.

O artigo se estrutura da seguinte forma. Na primeira sessão, retomamos a problemática trabalhada por Seabra e Prandini (2016) de forma a justificar o ângulo de análise, ou porção específica dos “campos discursivos de ação feminista”, em foco. Com isto, fundamentamos a importância de identificarmos elementos para o mapeamento das táticas de resistência de forma contextualizada. Avançamos para uma releitura da proposta da cartografia da ação social, conforme proposto por Ana Clara Torres Ribeiro, situando nosso entendimento dos corpos enquanto territórios e enquanto metáfora da materialidade das ideias e discursos (Seabra; Prandini, 2016). Por fim, dedicamo-nos a proposição de uma perspectiva de mapeamento, feminista, focada nas táticas de resistência cotidianas costuradas pelas mulheres.

Mapeando feminismos: a retomada de uma problemática

Seabra e Prandini (2016) tiveram como intuito oferecer proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino americano, visibilizando sua profícua contribuição à renovação do pensamento social crítico regional. Amparando-se no conceito proposto por Sônia Alvarez (2014), de campos discursivos de ação feminista, como o que permite melhor buscar identificar e localizar os feminismos em movimento, na América Latina. Alvarez (2014) nos permite situar as práticas, discursos e processos que constituem os campos discursivos de ação feminista, mantendo, simultaneamente, o respeito à sua diversidade. No período atual, a autora observa, na América Latina, a multiplicação dos campos discursivos de ação feminista existentes, fortalecendo a justificativa sobre a importância deste conceito como o que expressa seu caráter “amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico, [...] que se estende para além das organizações ou grupos próprios do movimento, *strictu sensu*” (Alvarez, 1998, p. 265). Ou seja, um conceito mais fluido do que a tradicional noção de “movimento feminista”.

O conceito de “campo” vem sendo amplamente utilizado nas ciências sociais, visto seu grande potencial enquanto ferramenta metodológica (Gohn, 1997; Falero, 2012). Em nossa visão, a noção de campo permite a investigação sobre a constituição dos sujeitos sociais, coletivos, na modernidade, de forma mais descentrada. Podemos entendê-la como uma categoria de mediação que permite trabalhar o silogismo entre o singular, o particular e a totalidade aberta no processo de investigação social (Falero, 2012)

A utilização desta “ferramenta” não deixa de ser, no entanto, um desafio, especialmente para pesquisas que busquem localizar a formação de movimentos sociais que constituem tais campos (Falero, 2012), enraizando suas propostas analíticas de forma a pensar o lugar de produção das subjetividades e da própria constituição dos sujeitos em questão (Bringel, Falero, 2008).

A proposta de mapeamento teórico-epistemológica organizada por Alvarez (2014) assume como “ferramenta” o conceito de “campo discursivo de ação feminista” e, em nossa visão, contribui para avançarmos na investigação sobre os feminismos latino-americanos e sua capacidade de produção de contranarrativas e de alternativas emancipatórias. Interessamos, com especial particularidade, sua compreensão de que tais campos são formados por teias, malhas e redes político-comunicativas⁷. Frente ao desafio do “enraizamento” de nossas propostas analíticas, porém, entendemos que tal ferramenta, quando cruzada com a proposta da cartografia da ação social, de Ana Clara Torres Ribeiro (2000^a, 2001, 2005), permite-nos avançar com ainda mais atenção às experiências dos sujeitos que “corporificam” as práticas discursivas, reintroduzidas, agora, na perspectiva sócio-espacial. Neste sentido, veicula-se uma proposta teórico-metodológica que foca mais detidamente em seus processos de subjetivação e constituição, como dinâmicas conformadoras de substratos que permitem a formação das redes/malhas comunicativas, de que fala Alvarez (2014).

Encontramos no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro (2000a, 2001, 2005) duas dimensões fundamentais que embasaram tal cruzamento: a proposição da análise de experiências concretas e contextualizadas, na contramão da naturalização e objetificação do discurso (Ribeiro et. al., 2001, p. 41); um esquema de leitura que situa as ações da/os sujeita/os corporificada/os no cotidiano, espaço de produção e reprodução de viver através do qual pensar a invisibilidade e marginalização de certos sujeitos, saberes e dimensões da vida social. A seguir, buscamos identificar elementos que permitam contextualizar as práticas de resistência de “mulheres comuns” na constituição de corpos-territórios de resistência e dos territórios políticos, coletivos, que constituem as redes e seus aparatos discursivos (Seabra, Prandini, 2016).

7

Alvarez (2014) argumenta que os campos se articulam (i) “formal e informalmente, através de redes político-comunicativas - ou melhor, teias ou malhas – reticuladas”; (ii) “discursivamente através de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas, mesmo que quase sempre disputadas, por uma espécie de gramática política que vincula as atoras/es que com eles se identificam”, e (iii) “por meio de um emaranhado de interlocuções” (Alvarez, 2014, p. 18-19).

Releituras da cartografia da ação social: diálogos com Ana Clara Torres Ribeiro.

Há uma reflexão sistemática nos trabalhos de Ana Clara Torres Ribeiro (2000a, 2001, 2005, 2006, 2007) sobre os efeitos nefastos da hegemonia do capital financeiro na periferia latino-americana. A autora confere especial atenção às mudanças nos mecanismos de convencimento e coerção que sustentam sua hegemonia econômica e política, afetando o conjunto das relações sociedade-espço, mas, focando, principalmente, na emergência de resistências e alternativas que se contrapõem a ela. Elaborar uma crítica à violência econômica, política, simbólica inerente a tal avanço, que impulsiona a destruição de substratos garantidores da vida como expressão da crise citada (Ribeiro, 2000b, p.2). A autora dedica especial atenção à forma como avança sobre a dimensão reprodutiva da vida social, central para as dinâmicas de acumulação desta fração do capital; por segmentos escolhidos do espaço herdado, a exemplo dos espaços opacos das grandes cidades; mas também sobre nossos próprios corpos e na percepção sobre os mesmos (Ribeiro, 2007, p. 106).

O corpo torna-se o epicentro dos processos de alienação contemporânea, através de recursos que buscam fragmentá-lo, instrumentalizá-lo, abstraindo as relações sociais de produção de riqueza e extração da mais valia que através dele são incorporadas e projetadas para outros corpos (Ribeiro, 2000b). Portanto, parece-nos que é a partir da imagem e da materialidade corpórea que Ana Clara Torres Ribeiro constrói o quadro mais amplo, filosófico, que embasa suas reflexões, posto que coloquem a problemática da prevalência do sujeito – corporificado – de luta por direitos na modernidade. O corpo surge como materialidade irredutível às abstrações e fragmentações neoliberais e pós-modernas, mas também como metáfora de sua projeção a outros corpos-espços e narrativas⁸. O corpo surge como limite da fragmentação e abstração do sujeito assim como suas experiências vividas são o limite da abstração da vida imediata. Isto leva a autora a articular, dialeticamente, em seu pensamento, homogeneidade e igualdade, individualidade e diferença, como os elementos mais relevantes na problemática do entendimento sobre a constituição do sujeito.

Neste sentido, o acirramento das contradições aqui traçadas, e apesar dos mecanismos renovados de coerção e consentimento, as experiências concretas,

8

“O corpo individual, o corpo social (movimentos socioculturais) e o corpo coletivo (espço) surgem, agora, potencialmente reunidos na reflexão de valores e preenchidos de força social e política.” (Ribeiro, 2000b, p. 10).

inscritas na vida cotidiana, surgem como espaços de potência para a resistência à sua abstração, isto é, sua alienação individual e coletiva (Ribeiro, 2007, p.107).

Ana Clara Torres Ribeiro desdobra-se na leitura sobre as disputas que ocorrem para a atribuição dos sentidos e percepções sobre o corpo (individual, coletivo e corpo-espaço) e sobre como são inscritas e significadas as experiências concretas e situadas (Ribeiro, 2007, p.105). Para ser sujeito, o corpo precisa ser aprendido “como âmbito reflexível, material e espiritual, de uma nova cidadania” (Ribeiro, 2000b, p.10). A situação imediatamente vivida, aquela que revela o corpo-situação em seu contexto, precisa ser significada, tornando-se objeto da pressão por transformá-lo em tudo – corpo-máquina, corpo-imagem, corpo-produto – que bloqueie sua constituição enquanto corpo-sujeito da resistência. A anulação do sujeito corporificado avança com o acirramento das desigualdades sociais, levando à sua exclusão e extermínio. Sua afirmação, na liberdade de movimento e construção de autonomia. O corpo constitui-se enquanto espaço de demonstração da pedagogia desta hegemonia, imagética, mas também da violência simbólica e física que a sustenta.

Logo, os lugares de subjetivação e da constituição dos sujeitos políticos estão na base da possibilidade de ruptura com estas pressões e representações mercantis, que buscam submetê-lo, sendo necessárias para que possa se afirmar ética e politicamente enquanto corpo-sujeito da disputa por outros projetos de sociedade-espaço. É a partir de uma proposta de leitura cartográfica das experiências contextualizadas, de sujeitos situados, que buscamos entender as dinâmicas citadas, elas que se inscrevem nos corpos, nos territórios políticos, no dia a dia comum, ainda que invisibilizadas.

Corpo e contexto

A potencialidade do mapeamento,⁹ enquanto método de apreensão de discursos, ideias e intervenções na realidade, é poder fazê-lo de forma espacializada, contribuindo para a localização, conexão e representação das distintas práticas de apropriação territorial’ em disputa, evidenciando territorialidades e racionalidades alternativas a lógica dominante em seus contextos. O espaço e o território exigem cada vez mais consideração nas iniciativas interdisciplinares nas ciências sociais, dada sua centralidade no atual processo de reprodução social - hegemônica - do capital financeiro (Ana Clara Torres

9

Não será objetivo deste trabalho discorrer sobre as diferenças e aproximações entre propostas cartográficas e de mapeamento, temáticas trabalhadas por inúmeras/os autora/es na atualidade. Assumimos como inspiração a proposta da cartografia da ação social de Ana Clara Torres Ribeiro (2000a, 2001, 2005; 2000b, 2006, 2007).

Ribeiro, 2009), por um lado, e das novas configurações da ação política, espacializada e territorializada, por outro (Ribeiro, 2005).

A análise de contexto ganha grande relevância no trabalho de Ana Clara Torres Ribeiro (2005, 2009) enquanto estratégia de construção de abordagens complexas sobre a realidade social e sobre estas “linhas de força” espacializadas. Ela permite valorizarmos as experiências sociais concretas e a singularidade que as caracterizam, evidenciando a tensão entre os determinantes econômicos e culturais da ação social e os meandros existentes entre a estrutura e a conjuntura em veloz mutação. Neste sentido, torna-se cada vez mais necessário encontrar uma forma de relacionar tendências dos “macrodestinos arranjados” e suas expressões conjunturais, com as práticas e ações de “múltiplos outros” “(...) que fazem concretamente a vida e que (re)costuram, de forma incessante, o tecido social no âmago das incertezas e das espaço-temporalidades do presente” (Ribeiro et. al., 2001, p. 36).

Disto se desdobra a possibilidade de mirarmos este complexo de crise civilizacional citado a partir de suas manifestações nas microconjunturas, que podem, dialeticamente, revelar a alienação e expropriação, mas também “verdadeiros nichos de criação de formas renovadas de manifestação social.” (Ribeiro et. al., 2001, p. 35). Em nossa visão, reafirma-se desta forma a importância de manusearmos categorias de mediação, com sensibilidade analítica para compreender este momento e sistematizar informações orientadas por ações de cunho emancipatório, que revelem alternativas no contexto de crise diagnosticado. Como os movimentos originados de outras territorialidades, não alienadas, que disputam as bases materiais de produção de vida, sejam elas, os recursos e sentidos da existência social em sua singularidade. A política é assim cada vez mais as disputas que se colocam entre territorialidades alienadas, alienantes, alternativas (Ribeiro, 2005).

É através dos territórios que os sujeitos sociais vivenciam a sociabilidade que permite a sobrevivência, tomando pra si a responsabilidade para com o futuro (Ribeiro, 2009, p. 151). Portanto, é na vida de relações de “difícil percepção” que as forças propositivas tomam corpo, expressando a vida “subterrânea” dos “homens lentos” que desafiam os limites da democracia formal. Ana Clara (2000^a, 2005) traz esta categoria filosófica trabalhada por Milton Santos que revela especialmente os homens dos espaços opacos da cidade, que sustentam formas alternativas de sociabilidade e táticas de sobrevivência. Elas é que criam obstáculos à força agressiva e alisante do capital (Ribeiro, 2009, p. 152), permitindo a renovação das experiências históricas das sociedades periféricas (Ribeiro, 2005).

A análise de contexto revela a articulação entre local e lugar: o primeiro, sobredeterminado por atores de outras escalas da realidade social; o segundo, pela espacialidade da ação espontânea, do inesperado, das experiências incertas, da vida social, dos sentidos, da memória coletiva, da sociabilidade (Ribeiro, 2009, p. 152). Não há entre eles barreiras, mas sim mediações: dos agentes econômicos e políticos que atuam nas duas faces, sejam eles hegemônicos ou não. Daí o argumento aqui reforçado de que as pesquisas que se conduzam neste sentido não se deixem conduzir apenas pelos movimentos mais visíveis, mas valorizem “(...) cada gesto em que seja possível reconhecer a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos (...) a resistência à exclusão social, à opressão e ao anonimato.” (Ribeiro, 2009, p. 154).

Corpos-territórios políticos: elementos para o mapeamento das táticas de resistência cotidianas das mulheres

Destrinchamos uma nova proposta de mapeamento que permita o fortalecimento e aprendizagem sobre as táticas cotidianas de resistência de “mulheres comuns”, na conformação de corpos-territórios políticos. A seguir, discorreremos sobre alguns elementos a serem considerados quando pensamos as (i) práticas de forma contextualizada (ii) desvelando outras leituras sobre a conformação de territórios políticos, coletivos, feministas, contribuindo assim para a compreensão das atuais dinâmicas de constituição de campos anti/contrahegemônicos na América Latina.

A força da proposta colocada por Ana Clara Torres Ribeiro advém do reconhecimento de uma realidade “não tão visível” de lutas. O espaço do político revela a dialética entre as condições sociais de vida, as necessidades postas e os processos de subjetivação alternativa como possibilidade de desalienação da vida ela mesma (Bringel, Falero, 2008). Por isso, os atos e práticas cotidianas de “mulheres comuns” são centrais para compreendermos tanto os processos de alienação, como de construção de contranarrativas à racionalidade dominante, na conformação de certos lugares de enunciação¹⁰.

Neste sentido, a autora valoriza a ação do sujeito inesperado com cada ato que se inscreve no cotidiano, cada memória e narrativa que as revelem. A autora possibilita

10

Práticas que revelam também outras territorialidades, como “das resistências culturais e das lutas políticas que marcam trajetos, criam caminhos, interrompem fluxos desejados pelas classes dominantes e elaboram novas territorialidades. Desta maneira, se antes denunciávamos a produção do território alienado, valorizamos, neste momento, as territorialidades não alienadas, que constituem um dos fundamentos essenciais do ‘nós-eu’” (Ribeiro, 2005, p. 270).

atentarmos para as dinâmicas de subjetivação na base da constituição do sujeito, na passagem do corpo situado ao corpo-sujeito (Ribeiro, 2000b). Portanto, permite-nos investigar os substratos que sustentam as transformações sociais mais amplas em seu sentido corporificado. O que a cartografia da ação social faz é projetar esse mundo “invisível” das práticas cotidianas como espaços onde residem saberes práticos e técnicos, conhecimentos e sujeitos que carregam o potencial de reformulação de projetos utópicos.

São processos moleculares que precisam ser considerados, sob risco de reproduzirmos a invisibilidade que ainda paira sobre certas dimensões da vida social e, por seguinte, de outros protagonismos históricos, como das mulheres, em toda sua diversidade. Isto é, há práticas de resistência que permanecem ainda mais invisibilizadas; para entendermos esta afirmação basta propormos um trocadilho e abordar não o homem comum, masculinamente generalizável, mas as mulheres comuns que, historicamente, desempenham papéis atrelados à garantia de produção de viver, ainda que não da mesma forma entre si e em todo local.

O capitalismo invadiu o mundo cotidiano, tendo como um de seus principais vetores os corpos sexuados, racializados, subordinados, heteronormatizados. Gênero, classe e raça/etnia constituem eixos estruturantes da sociedade, historicamente formando um “nó” que “condensa”, “exacerba”, “potencia” suas contradições, atuando de forma imbricada ainda que uma delas possa adquirir maior proeminência em dado contexto (Saffioti, 2015). E esta leitura é fundamental para entender os sujeitos, múltiplos, que se constituem nestas relações contraditórias – e não na homogeneidade – revelando uma mobilidade que acompanha a instabilidade e ebulição dos processos sociais (Saffioti, 2015, p. 83). Abordá-las a partir das distintas e desiguais experiências vividas coletivamente pode contribuir, em muito, com a maior complexidade do pensamento social crítico.

Historicamente, as mulheres sofrem não apenas a alienação relacionada às dinâmicas de acumulação do capital, mas também de outros sistemas de poder, dividindo e fragmentando as compreensões sobre si e as possibilidades de existência de futuro. Assim, a manipulação do consumo e a pedagogia imagética da hegemonia do capital financeiro, dos corpos desejáveis ou desprezíveis, quando tudo e todos são potenciais mercadorias, revelam pressões ainda mais perversas quando consideramos a organização heteropatriarcal e racista da economia do capital (Orozco, 2014).

Paradoxalmente, se é através de nossos corpos que sentimos e vivemos as pressões que se colocam sobre nossa existência, reforçando a naturalização de nossos destinos subalternizados, é também por aí que estabelecemos limite à abstração e fragmentação, veiculando sobrevivência e (re)apropriação de si e do entorno. Se a política é território, na

contemporaneidade, nossos corpos são territórios políticos da resistência, logo, as práticas se localizam desde nossos corpos-territórios insurgentes, subvertendo, cotidianamente, “macrodestinos” arranjados.

É no cotidiano onde se costuram muitos destes embates, sendo este espaço permeado por micropoderes (Saffioti, 2015) e saberes práticos e técnicos, especialmente entre mulheres, já que historicamente foram alienadas dos macropoderes. Com esta afirmação não queremos justificar esta diferenciação artificial. Se olharmos bem, na verdade não existe tal distinção, entre micro e macroprocessos. Constituem planos distintos e não níveis hierárquicos (ainda que na prática, as justificativas de subjugação do micro ao macro reproduzam as esquemáticas desiguais de uma sociedade hierarquicamente estruturada em dinâmicas de dominação e exploração). Ambos atravessam a malha social, dimensão sobre a qual as mulheres detêm profundo saber (Saffioti, 2015).

A ideia é afirmar os saberes, práticos e técnicos, construídos historicamente, enquanto espaços de potência e de abertura de brechas que permitam a subversão de domínios de subjugação a outras formas e concepções de vida coletiva e luta. Como indica-nos Saffioti (2015), é necessário conhecermos nossas histórias de luta e nossas lutas históricas, apropriando-nos de nossa capacidade de movimentação. A autora traz, também, uma ideia de complexidade, sugerindo trabalharmos o emaranhado de processos nas malhas sociais como conhecimentos que, reapropriados, potencializam em muito nossa atuação política.

Este ponto é de fundamental importância, pois a hierarquização entre estes supostos níveis reforça a invisibilidade das mulheres na história, dedicada aos grandes feitos na “macropolítica” ou “macro-economia”. Não obstante, um novo entendimento pode revelar outra perspectiva sobre as experiências históricas de nossas formações sociais periféricas (Ribeiro, 2005). Por isso, apostamos na possibilidade de construirmos cartografias nas microconjunturas, conceito que pode significar (i) uma categoria de mediação que revela o contexto, entre local e lugar; (ii) podendo ser trabalhado não enquanto reificação de níveis hierárquicos, mas instrumento a ser apropriado pelos coletivos e grupos de mulheres e feministas com vistas a problematização de tais hierarquias, para apropriação dos planos macro a partir de contextos mais imediatos, cotidianos, reconhecendo e projetando suas histórias de luta.

Por fim, avançar com uma proposta de mapeamento como esta implica abertura para espaços de investigação que assumam as táticas de resistência e as racionalidades alternativas que partem dos corpos, das experiências contextualizadas de vida, de saberes, práticos e técnicos, historicamente engendrados, ainda que renegados e expropriados.

Corpos e contextos de violência estrutural

A ofensiva para garantia da valorização do capital no período atual avança não apenas com processos de convencimento, mas sustenta-se também em dinâmicas de coerção e na pedagogia da destituição, como discorremos anteriormente. A violência física e simbólica que garante o avanço do capital sobre os territórios, expropriando direitos, saberes, histórias, impacta sobremaneira as vidas das mulheres, sobretudo mulheres trans, lésbicas, negras e indígenas¹¹. A título de exemplo, é característica, na América Latina, a proliferação de uma nova modalidade de guerra, informal, com a presença de corporações armadas, estatais ou paraestatais, ocupando territórios, especialmente periféricos. E em contextos como estes, a vulnerabilidade e violência sobre os corpos são reforçadas (Segatto, 2014). Rita Segatto (2014) demonstra tratar-se de uma violência corporativa que inscreve nos corpos os bastidores da guerra, expressando as ameaças a toda coletividade (Segatto, 2014, p. 23). “Por un lado, la truculência es la única garantía del control sobre territorios y cuerpos, y de cuerpos como territorios, y, por el otro, la pedagogía de la crueldad es la estrategia de reproducción del sistema” (Segatto, 2014, p. 23). A autora argumenta que a afinidade histórica entre os corpos femininos e o território, faz do corpo, e seu ambiente espacial, campos de batalha que revelam os conflitos, sinais de anexação, e enunciações de domínio em tais disputas.

Tal ponto permite um diálogo com a proposta de Ana Clara Torres Ribeiro ao falarmos da pedagogia da violência, que vigora numa sociedade que tolera e mesmo incentiva os homens a exercerem sua força-potência-dominação contras as mulheres, diante de certo consentimento social para que estes convertam agressividade em violência, realizando a organização social do gênero com base na “virilidade como força-potência-dominação” (Saffioti, 2015, p. 79). A linha de continuidade que estabelece numa ponta os direitos dos homens sobre as mulheres e na outra a agressão, paira, sempre, como ameaça sobre as vidas, em geral, constituindo mecanismo de sujeição – de ordem social - a ser interpretado singularmente, no entanto, por cada mulher.

Portanto, pensar a condição acima exposta é tratar a violência que nos atinge em sua dimensão interpessoal, mas também estrutural (Saffioti, 2015). No sentido da elaboração de microconjunturas, significa pensar como a violência inerente ao avanço do capital sobre os territórios está relacionada à violência sofrida nos corpos. Entender as dinâmicas

11

Mas também de jovens negros, homossexuais, entre outros grupos subalternizados.

prevalecentes e as disputas postas neste âmbito é fundamental para refletirmos as condições de vida enquanto experiências de corpos situados. Traz a possibilidade de ancorarmo-nos nas experiências efetivas que materializam os sistemas de opressão¹² estruturais, relacionando, portanto, estrutura e conjuntura às experiências singulares dos sujeitos. Assim, é mister compreender a violência estrutural, física e simbólica, que garante os avanços do capital pelos territórios, de forma articulada com as desiguais experiências de vida derivadas das relações sociais de raça, classe e gênero. E a forma com que reverberam em sistemáticas de violação de direitos. Afinal, são estas não “consequências” destes processos, mas expressões pedagógicas de seu funcionamento. Demonstrações da conquista ou ausência de direitos, que não são as mesmas para todas.

O corpo-sujeito é uma categoria que está relacionada à dialética da violência e da alienação, mas também da possibilidade de sua superação. Práticas rupturistas inscritas no cotidiano podem revelar processos de (re)apropriação de si e conformação de sujeitos que se afirmem ética e politicamente em territórios de autonomia. A condição é a violação e a alienação, com suas múltiplas expressões; o respiro, a ação imprevista e a insistência nas táticas que subvertem cotidianamente. Frente à agudização da crise que ameaça a vida, torna-se ainda mais necessário identificar e enaltecer os processos de ruptura com estas sistemáticas, fortalecendo a constituição de territórios políticos de resistência, coletiva, feminista, tendo como horizonte a necessidade de radicalização da transformação social, cultural e econômica a partir das expressões do viver.

Dados os elementos mais amplos de conformação de contexto, o mapeamento que propomos busca identificar as práticas cotidianas de resistência valorizando lutas, mobilizações, rupturas com sistemáticas de opressão, em cada ato, em cada gesto, em cada memória, que transcendem em muito o espaço do visível. Sugerimos, em seguida, dimensões, eixos, práticas, saberes e fluxos¹³ que podem ser investigados a partir de nosso entendimento de que as práticas devem ser

- (i) situadas desde nossos corpos-territórios de resistência, involucrando experiências e saberes práticos e técnicos.

12

Do capital heteropatriarcal, racista e colonial (Orozco, 2014; Carosio, 2009; Vargas, 2002).

13

Esquema elaborado com apoio em Ribeiro (2001, 2005), Miñoso (2010), Bringel e Versiani (s/d), Mendonza (2010), Alvarez (2014), Maffia (2005), Santos (1999), Falero (2012), Bringel e Falero (2008).

Buscamos demonstrar que as práticas têm como primeiro local de sua existência os próprios corpos, entendidos enquanto territórios de resistência. As experiências de opressão e resistência vivenciadas implicam a negação e expropriação de saberes, mas também sua afirmação e subversão a partir de novos entendimentos coletivos. Conhecer e investigar a história de luta e as trajetórias das mulheres, em seus contextos, é assumir a tarefa de valorizar também os saberes práticos e técnicos por elas construídos dia a dia. Experiências estas que se inscrevem no corpo, carregando ele mesmo saberes como as emoções, intuição, e outras formas de entender o mundo que não necessariamente passam pelo registro da razão e da cognição historicamente identificada com o masculino (Maffia, 2005). Acúmulos políticos inscritos no território praticado que reflitam a reapropriação de si, revelando ações espontâneas e organizadas.

Neste sentido, podem ser investigadas: narrativas sobre a história de lutas das mulheres, compreendendo uma memória; saberes ancestrais preservados e socializados como afirmação de outras territorialidades e lugares de enunciação; percepções sobre si, enquanto corpo, e enquanto território praticado; identificação de experiências, temas e espaços de poder mobilizadores de ações coletivas; práticas de autocuidado, consumo, de alimentação, da saúde, padrões de beleza veiculados que rejeitam sua mercantilização; formação de territórios produtivos outros; obstáculos e potências percebidas para sua mobilidade e circulação; distância entre sonho e projeto de vida; formas de reivindicação, de ação social e alianças políticas; etc.

- (i) que, compartilhados, conformam territórios políticos, coletivos, feministas de enunciação de alternativas à ordem vigente.

As práticas conformam lugares, físicos e subjetivos, da enunciação de alternativas à ordem vigente. Neste sentido, os entendimentos, apropriações de si e do entorno, expressam saberes que afirmados e socializados estabelecem caminhos, fluxos, conformando corpos coletivos - territórios políticos coletivos - da resistência. Trata-se mais do que da coletivização de experiências – no entendimento de sua dimensão estrutural - da socialização de outros sentidos e aproximação entre corpos afins, que criam outras linhas de ação no território e obstáculos ao desempenho das ameaças vigentes. Neste sentido, falamos de corpos-territórios políticos, pois o corpo enquanto espaço de resistência é também o corpo coletivo em construção, que precisa se refletir nos seus lugares de encontro para afirmar eticamente sua condição de sujeito. O corpo é um território em disputa, cuja afirmação coletiva permite a afirmação de novos territórios de autonomia. Os fluxos, caminhos e circulação entre pontos nodais que se formam, neste sentido, são centrais ao fortalecimento de determinados saberes

práticos e técnicos, potencializando sua projeção consciente nas malhas sociais vigentes, mas também em redes sociais e técnicas que veiculam enunciados e práticas alternativas ao status quo.

Neste sentido, podem ser investigadas: narrativas de afirmação sobre projetos sócio-espaciais possíveis; a corporificação dos nódulos mais aparentes, os fluxos e caminhos entre eles; atores e processos antagonistas identificados; a reivindicação de valores que expressem a transformação pessoal e coletiva para outra sociabilidade local; a construção de elos entre política e arte; as formas de apropriação política, coletivas, do espaço; costuras coletivas de possibilidades de produção de vida autônoma e remunerada; acesso e diálogo com discursos tradutores de saberes e sua projeção transescalar; efetivação de práticas apreendidas com outras territorialidades; papel de mediadores; afirmação dos usos do espaço construídos pelos movimentos populares, da memória de luta, dos vínculos entre identidade e território; solidariedade para com outras localidades e temáticas; alterações históricas nos sentidos da ação e sua “apresentação estratégica”; formas de incidência, reivindicações e ações coletivas organizadas; articulação em redes sócio-técnicas; entre outros.

Conclusão

Retomamos neste artigo uma reflexão gestada anteriormente (Seabra, Prandini, 2016) com o intuito de destrinchar uma nova proposta de mapeamento que permita o fortalecimento e aprendizagem sobre as táticas cotidianas de resistência das mulheres na conformação de corpos-territórios políticos. Esperamos com isto ter contribuído para a (i) identificação de elementos que nos permitam situar tais práticas de forma contextualizada (ii) desvelando outras leituras sobre a conformação de corpos-territórios políticos e lugares de enunciação de alternativas, contribuindo assim para a compreensão das atuais dinâmicas de constituição de campos anti/contra-hegemônicos.

A proposta aqui apresentada buscou situar a constituição dos corpos-sujeitos (e outras territorialidades) na vida imediata, através das lutas e batalhas cotidianas, que revelam experiências e saberes de reapropriação sobre si e sobre o entorno. Partimos, portanto, de uma perspectiva que afirma a prevalência do sujeito corporificado da resistência e da luta por direitos e transformação social.

O cruzamento entre o conceito de campos discursivos de ação feminista (Alvarez, 2014) e da proposta da cartografia da ação social, de Ana Clara Torres Ribeiro, permitiu aprofundarmos reflexão anterior, dando continuidade à proposta de mapeamento então

veiculada (Seabra, Prandini, 2016). Ana Clara Torres Ribeiro, ao situar seu olhar sobre o cotidiano como espaço de investigação que expressa a materialidade da vida imediata e revela a ação do sujeito não previsto, adentra um terreno tantas vezes invisibilizados pelo pensamento social crítico em geral, mas reivindicado pelas feministas: o da produção de vida. Ainda que sua reflexão não seja pensada desde o feminismo, a articulação entre corpo, experiência e saber em seu trabalho permitiu-nos projetar um mundo de experiências históricas costurado nestas dimensões, especialmente por mulheres, que constituem os substratos de nossas formações sociais periféricas na América Latina.

A proposta se situa na necessidade de compreensão das atuais dinâmicas de constituição de campos anti/contra-hegemônicos, focando, no entanto, nos substratos que garantem a produção de vida em primeiro lugar. Pois é na produção de vida que se constroem possibilidades de transformação mais amplas. Ao partirmos desse olhar, trazemos elementos de uma agenda de pesquisa que objetiva potencializar as estratégias de disputa territorial que se inserem nas dinâmicas moleculares, do dia a dia, mas que não apenas subsidiam a constituição de campos discursivos de ação feminista como das próprias alternativas possíveis ao status quo. Finalmente, este esforço nos leva a potencializar a construção de contranarrativas sobre nossa memória e história, assim como outros destinos possíveis para a América Latina.

Bibliografia

- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* v. 43, 2014, pp. 13-56.
- ALVAREZ, Sonia E. Feminismos Latinoamericanos. *Revista Estudos Feministas*, v. 6 n. 2, 1998a, pp. 265-285.
- BRINGEL, Breno; VERSIANI, Renata. Pesquisa militante e produção de conhecimento: o enquadramento de uma perspectiva, s/d.. Disponível em: <https://universidademovimentosociais.wordpress.com/artigos/>. Acesso em: 01 dezembro 2015.
- CAROSIO, Alba. Feminismo Latinoamericano: imperativo ético para la emancipación. In: *Género y globalización*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009, pp. 229-252.
- _____. Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe. In: *Feminismo y Cambio Social en América Latina y el Caribe*. CAROSIO, Alba (Coord.). 1a ed. Buenos Aires: CLACSO, 2012, pp. 9-18
- CIRIZA, Alejandra. Construir genealogias feministas desde el sur: encrucijadas y tensiones. *Revista Digital de Ciencias Sociales*. Mendonza. 2015, vol. II, n.3, pp. 83-104.
- FALERO, Alfredo. Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade: algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina. In: *Para Além do Novo: O Estudo dos Movimentos Sociais na Global*. BRINGEL, Breno & GOHN, Maria da Glória (Orgs.). Petrópolis/RJ: Editora Vozes, Livro no prelo, 2012.
- _____; BRINGEL, Breno (2008). Redes Transnacionais de Movimentos Sociais na América Latina e o Desafio de uma Nova Construção Socioterritorial. *CADERNO CRH*, Salvador, v.21, n.53, p. 269-288, Maio/Ago. 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MAFFIA, Diana. Epistemología feminista: por otra inclusión de lo femenino en la ciencia. In: *Ciencia, Tecnología y Género en Iberoamérica*. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, 2005, pp. 623-633.
- MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. (Coord.) Prólogo. In: *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En la Frontera, 2010, pp. 5-12.
- OROZCO, Amaya Pérez. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. 305 p.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. En: *OSAL : Observatorio Social de América Latina*. Año 6 no. 16 (jun.). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf> Acesso em: 04 de janeiro de 2016.
- _____. A natureza do poder: técnica e ação social. RIBEIRO, A. C. T. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n. 7, 2000a, pp. 13-24.
- _____. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. In: *Revista Brasileira de Educação Médica*, V.24, N.1, 2000b, jan./abr.
- _____. A acumulação primitiva de capital simbólico. In: *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*, JEUDY, Henri Pierre e JACQUES, Paola Berestein (org.), Salvador, EDUFBA, PPG-AU/FAUFBA, 2006.
- _____. Corpo e imagem. Alguns enredamentos urbanos. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Ana Clara Torres Ribeiro (Org.), Salvador, PPG-AU/UFBA, ano 5, n. especial, 2007, p. 105-117.
- _____. Cartografia da Ação Social: Região Latino Americana e Novo Desenvolvimento Urbano. In: *Otro Desarrollo Urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. POGGIESE, Héctor y EGLER, Tamara Tania Cohen. Buenos Aires: CLACSO, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/> Acesso em: 20 janeiro 2016.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, Ano XV, n. 2, 2001, pp. 33-52.

- SAFFIOTI, Heleieth. Iara Bongiovani. *Gênero, Patriarcado, Violência*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015, 160 p.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Ano XIII, n. 2, 1999, pp. 15-26.
- SEABRA, Joana Emmerick, PRANDINI, Mariana de Assis. Transformando desde as margens: uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino americano. *Revista Direito e Práxis/UERJ*. Vol. 7, n. 13, p. 465-493, 2016. Disponível em: Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21819>>. Acesso em: 31 Mar. 2016.
- SEGATTO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. Puebla: Pez en el árbol, 2014, p. 120 p.
- VARGAS, Virginia. Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio (Una lectura político personal). In: *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002, Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cultura/vargas.doc>. Acesso em: 18 fev. 2016.